



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. **Unidade Orçamentária: SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU/RO**  
1.2. **Requisitante: Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HBAP**

### 2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

2.1. O presente Termo de Referência fundamenta-se nos atos normativos, abaixo:

2.2. **Constituição Federal de 1988 - Arts. 196 e ss da Seção II da nossa Lei Fundamental**, que tratam do acesso universal a saúde como *direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;*

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. Cabe ao poder público regulamentar, fiscalizar e controlar o sistema de saúde, devendo sua execução ser feita diretamente ou por meio de terceiros.

Art. 198. As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, constituindo um sistema único organizado pelas seguintes diretrizes: descentralização e atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas. O Sistema Único de Saúde será financiado com recursos da Seguridade Social, da União, dos estados e dos municípios e outras fontes.

Art. 199. A assistência à saúde é livre à iniciativa privada, que poderá complementar o SUS.

2.3. **CF/88, art. 6º, caput**, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma da Constituição.

2.4. **CF/88, art. 37, XXI**, que define o processo licitatório público como regra para a contratação de obras, serviços, compras e alienações por parte da Administração Pública mediante processo licitatório, ressalvados os casos especificados na legislação.

2.5. **Lei 14.133/2021 - Art. 75, inciso VIII** - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Vejamos o teor:

Art. 75. É dispensável a licitação:

VIII - nos casos de **emergência** ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso.

2.6. **Decreto nº 28.874/24, art. 42 e 47** - Regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

Art. 42. O termo de referência é documento obrigatório para todos os processos licitatórios e contratações diretas destinados a aquisições de bens e contratação de serviços, inclusive serviços comuns de engenharia, quando possível, devendo os demais casos observar a obrigatoriedade de elaboração de projeto básico, excetuando-se a hipótese prevista no § 1º do artigo anterior devendo conter, no que couber, os seguintes parâmetros e elementos descritivos, dentre outros que se fizerem necessários [...].

Art. 47. Para a formalização dos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, os órgãos e entidades deverão incluir no termo de referência, além dos elementos listados no art. 42, no que couber, os que se seguem:

I - justificativa fundamentada para a contratação através de dispensa ou inexigibilidade de licitação, informando o dispositivo legal no qual o caso específico se enquadra;

II - caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

III - razão da escolha do fornecedor ou prestador dos serviços;

IV - justificativa do preço a ser contratado; e

V - requisitos de habilitação necessários para a formalização do contrato.

2.7. **Lei nº 8.078/1990 - Código de Defesa do Consumidor (CDC)**, bem como às condições estabelecidas neste Termo de Referência (Compras Dispensa).

### 3. DEFINIÇÃO DO OBJETO

#### 3.1. Do Objeto

3.1.1. Contratação de empresa especializada em atendimento médico domiciliar (Home Care), visando a prestação de serviços de assistência à saúde no domicílio dos pacientes, com o intuito de proporcionar tratamento contínuo e humanizado, garantindo a qualidade de vida e a recuperação em ambiente familiar, através de **Dispensa de Licitação**, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

#### 3.1.2. Detalhamento do pedido:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO JUDICIAL	PACIENTE	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
01	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente R.D.T no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047827078, <b>páginas 30 e 103</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia motora neurofuncional 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 3(três) sessões por semana.</li> </ul>	<p>0020.002474/2024-33</p> <p>7011810-37.2023.8.22.0001</p>	R.D.T	CACOAL/RO
02	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente O.O.D.S. no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047827078, <b>páginas 31 a 37 e 551</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 2(duas) sessões por semana;</li> <li>• Terapia ocupacional 2(duas) sessões semanais;</li> <li>• Psicólogo 1(uma) sessão por semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) atendimento mensal.</li> </ul>	<p>0020.206184/2019-08</p> <p>7004614-55.2019.8.22.0007</p>	O.P.D.S	CACOAL/RO
03	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil M.G.C. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047842283, <b>páginas 41 a 45</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento por técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora e respiratória 2(duas) vezes ao dia de forma contínua;</li> <li>• Sessões de logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento Nutricional mensal;</li> <li>• Avaliação com Neuropediatra mensal;</li> <li>• Avaliação periódica com Cirurgião Pediátrico e Gastropediatra;</li> <li>• Realizar troca de Cânula de traqueostomia a cada 3(três) meses ou antes, se necessário.</li> <li>• Realizar troca de Botton de Gastrostomia a cada 6(seis) meses ou antes, se necessário.</li> </ul>	<p>0036.013926/2024-33</p> <p>7003186-68.2024.8.22.0005</p>	M.G.C	JI-PARANÁ/RO
04	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente C.R.M., acamado decorrente de acidente vascular cerebral no município de JI-PARANÁ/RO, composto de plano terapêutico com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>• Fisioterapeuta 2(duas) vezes na semana;</li> <li>• Visita de enfermeiro(a) especialista em dermatologia e estomia 2(duas) vezes na semana;</li> <li>• Nutricionista 1(uma) vez ao mês;</li> <li>• Visita Médica 4(quatro) vezes na semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 1(uma) vez por semana.</li> </ul>	<p>0036.045266/2023-79</p> <p>7010720-05.2020.8.22.0005</p>	C.R.M.	JI-PARANÁ/RO
05	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.F.R.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047842283, <b>páginas 12 a 14</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>• Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>• Médico Assistencial.</li> </ul>	<p>0020.018672/2023-38</p> <p>7013448-14.2023.8.22.0005</p>	M.F.R.S.	JI-PARANÁ/RO
06	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente T.M.S.O. no município de CEREJEIRAS/RO, conforme <b>Lauda Médico</b> 0048404347, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3(três) sessões de Fisioterapia semanais por um período de 6(seis) meses.</li> </ul>	<p>0020.505160/2021-45</p> <p>7002148-36.2020.8.22.0013</p>	T.M.S.O.	CEREJEIRAS/RO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	PROCESSO JUDICIAL	PACIENTE	MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA
07	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil P.J.B.F. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0048509863, <b>página 45</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 7(sete) dias por semana;</li> <li>• Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>• Fonoaudiologista 5(cinco) dias na semana;</li> <li>• Enfermeiro 7(sete) dias na semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) dia na semana</li> <li>• Medico Assistencial.</li> </ul>	0036.020406/2024-87  7005054-81.2024.8.22.0005	P.J.B.F	JI-PARANÁ/RO
08	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.V.O.D.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0049342068, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento Médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora respiratória 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Sessões de Logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia Ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento nutricional 2(duas) vezes ao mês;</li> <li>• Acompanhamento técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Realização de troca de canula traqueal a cada 3(três) meses;</li> <li>• Realização de troca de Botox (Sonda de Gastrostomia) a cada 6(seis) meses;</li> <li>• Avaliação periódica do Cirurgião e do Gastroenterologista.</li> </ul>	0036.004679/2024-84  7000785-96.2024.8.22.0005	M.V.O.D.S	JI-PARANÁ/RO

### 3.2. Do Objetivo

3.3. O presente processo tem por objetivo, contratação de empresa especializada em tratamento domiciliar (HOME CARE), visando a prestação de serviços médicos de assistência à saúde no domicílio dos pacientes, em cumprimento a mandados judiciais devido a falta de disponibilidade junto a Rede Estadual de Saúde.

3.3.1. Objetiva-se ainda, a participação de interessados no ramo da atividade pertinente ao objeto de contratação, que preencherem as condições que integram o presente Termo de Referência e seus anexos.

### 3.4. Especificação dos Serviços a Serem Contratados.

ITEM	OBJETO	Unidade	Quant. Mensal	Quant. Total
1	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente R.D.T no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047827078, <b>páginas 30 e 103</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia motora neurofuncional 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 3(três) sessões por semana.</li> </ul>	Serviços	1	12
2	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente O.O.D.S. no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047827078, <b>páginas 31 a 37 e 551</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 2(duas) sessões por semana;</li> <li>• Terapia ocupacional 2(duas) sessões semanais;</li> <li>• Psicólogo 1(uma) sessão por semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) atendimento mensal.</li> </ul>	Serviços	1	12
3	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil M.G.C. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047842283, <b>páginas 41 a 45</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento por técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora e respiratória 2(duas) vezes ao dia de forma contínua;</li> <li>• Sessões de logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento Nutricional mensal;</li> <li>• Avaliação com Neuropediatra mensal;</li> <li>• Avaliação periódica com Cirurgião Pediátrico e Gastropediatra;</li> <li>• Realizar troca de Cânula de traqueostomia a cada 3(três) meses ou antes, se necessário.</li> <li>• Realizar troca de Botom de Gastrostomia a cada 6(seis) meses ou antes, se necessário.</li> </ul>	Serviços	1	12

ITEM	OBJETO	Unidade	Quant. Mensal	Quant. Total
4	Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente C.R.M., acamado decorrente de acidente vascular cerebral no município de JI-PARANÁ/RO, composto de plano terapêutico com: <ul style="list-style-type: none"> <li>Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>Fisioterapeuta 2(duas) vezes na semana;</li> <li>Visita de enfermeiro(a) especialista em dermatologia e estomia 2(duas) vezes na semana;</li> <li>Nutricionista 1(uma) vez ao mês;</li> <li>Visita Médica 4(quatro) vezes na semana;</li> <li>Supervisão de enfermagem 1(uma) vez por semana.</li> </ul>	Serviços	1	12
5	Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.F.R.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047842283, <b>páginas 12 a 14</b> , composto de: <ul style="list-style-type: none"> <li>Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>Medico Assistencial.</li> </ul>	Serviços	1	12
6	Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente T.M.S.O. no município de CEREJEIRAS/RO, conforme <b>Laudó Médico</b> 0048404347, composto de: <ul style="list-style-type: none"> <li>3(três) sessões de Fisioterapia semanais por um período de 6(seis) meses.</li> </ul>	Serviços	1	6
7	Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil P.J.B.F. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0048509863, <b>página 45</b> , composto de: <ul style="list-style-type: none"> <li>Técnico de enfermagem 7(sete) dias por semana;</li> <li>Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>Fonoaudiologista 5(cinco) dias na semana;</li> <li>Enfermeiro 7(sete) dias na semana;</li> <li>Nutricionista 1(um) dia na semana</li> <li>Medico Assistencial.</li> </ul>	Serviços	1	12
8	Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.V.O.D.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0049342068, composto de: <ul style="list-style-type: none"> <li>Atendimento Médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>Supervisão de enfermagem 2(duas) vezes por semana;</li> <li>Sessões de fisioterapia motora respiratória 2(duas) vezes por semana;</li> <li>Sessões de Logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>Sessões de Terapia Ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>Acompanhamento nutricional 2(duas) vezes ao mês;</li> <li>Acompanhamento técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>Realização de troca de canula traqueal a cada 3(três) meses;</li> <li>Realização de troca de Botox (Sonda de Gastrostomia) a cada 6(seis) meses;</li> <li>Avaliação periódica do Cirurgião e do Gastroenterologista.</li> </ul>	Serviços	1	12

### 3.5. Do Detalhamento dos Serviços

3.5.1. Os serviços se destinam a realização de tratamentos domiciliar denominado HOME CARE, com objetivo de atender aos pacientes relacionados no item 3.4 conforme especificações técnicas em seus domicílios;

3.5.2. Os serviços terapêuticos de Home Care, que incluem sessões de fisioterapia, atendimentos médicos, cuidados de enfermagem, nutricionistas, técnicos de enfermagem, entre outros;

3.5.3. Os serviços a serem contratados constituem-se em atividades complementares à área de competência legal do órgão contratante;

3.5.4. A execução dos serviços devem-se iniciar no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, a contar da data de recebimento da nota de empenho e assinatura do contrato;

3.5.5. Os serviços a serem prestados deverão ser ofertados por empresas que possuem atendimento especializado na área da saúde.

## 4. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

### 4.1. Do Interesse Público na Despesa

4.1.1. O presente processo visa à contratação de empresa especializada em serviços terapêuticos domiciliares para cumprimento das decisões judiciais que determinam que o Estado deve disponibilizar serviços adequados aos pacientes abaixo relacionados, residentes nos municípios de Cerejeiras, Cacoal e Ji-Paraná:

- **R. D. T.** (0047827078), residente no município de Cacoal/RO.
- **O. P. D. S.** (0047841047), residente no município de Cacoal/RO.
- **M. G. C.** (0047842283), residente no município de Ji-Paraná/RO.
- **C. R. M.** (0048113927), residente no município de Ji-Paraná/RO.
- **M. F. R. S.** (0048115381), residente no município de Ji-Paraná/RO.
- **T. M. S. O.** (0048351117), residente no município de Cerejeiras/RO.
- **P. J. B. F.** (0048404347), residente no município de Ji-Paraná/RO.

- **M. V. O. D. S.** (0049342068), residente no município de Ji-Paraná/RO.

4.1.2. Quando se trata de pacientes acamados, a importância dos serviços terapêuticos de HOME CARE, é ainda mais significativa, tendo em vista os pontos adicionais específicos:

- **Acesso Universal e Equitativo:** Garantir que todos os pacientes acamados tenham acesso a cuidados de qualidade, independentemente de sua condição socioeconômica, é um princípio fundamental dos serviços de Home Care. Isso promove equidade no sistema de saúde.
- **Continuidade de Cuidados:** Pacientes acamados geralmente necessitam de cuidados contínuos e consistentes. O Home Care garante a continuidade do tratamento, evitando interrupções que poderiam ocorrer devido a limitações de infraestrutura hospitalar.
- **Qualidade de Vida do Paciente:** Pacientes acamados frequentemente enfrentam desafios significativos de mobilidade e conforto. O Home Care melhora sua qualidade de vida, permitindo que permaneçam em um ambiente familiar e próximo de seus entes queridos.
- **Apoio ao Cuidador Familiar:** Os serviços domiciliares também fornecem apoio crucial aos cuidadores familiares, oferecendo treinamento e suporte profissional, o que é vital para a manutenção da saúde e do bem-estar do cuidador.

4.1.3. Esses serviços são essenciais não apenas para a saúde e bem-estar dos pacientes acamados, mas também para a sustentabilidade e eficiência do sistema de saúde pública como um todo.

4.1.4. Importante destacar que o art. 6º da Constituição Federal de 1988, prevê que o direito à saúde é um direito social, sendo, antes de tudo, um direito fundamental, tendo ainda o art. 196, da CF determinado ser a saúde um direito de todos e dever do Estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, de forma que se sobrepõe a meros obstáculos administrativos.

4.1.5. Ademais, a dignidade da pessoa humana consiste em fundamento constitucional previsto no art. 1º, III, da CF/88, sendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, I, CF). Sendo assim, o Direito à Vida se traduz como o maior de todos os direitos e sua relevância é tamanha a ponto de constar expressamente no caput do art. 5º, da CF. Sendo, inclusive, pré-requisito a existência e exercício de os demais direitos, sobretudo do direito à saúde, e exatamente por essa razão, precisa ser garantido com absoluta primazia sob os demais.

4.1.6. Além das garantias constitucionais, a Lei nº 8.080 de 1990, ao dispor sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes assegura a todo indivíduo o direito fundamental da saúde, cabendo ao Estado e ao Município prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, determinado, inclusive, quais são os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, conforme art. 7º da referida Lei, bem como inclui a universalidade de acesso aos serviços de saúde em todos os níveis de assistência (art. 7, I). Dessa feita, todo e qualquer cidadão tem direito à saúde, sendo o Poder Público responsável obrigacional pelo atendimento deste direito de caráter fundamental e indisponível.

4.1.7. Considerando então que a saúde, garantia fundamental assegurada pela Constituição Federal, é um direito de todos e dever do Estado, é evidente a responsabilidade do Estado pela manutenção da vida, saúde e dignidade do paciente, devendo este ente tomar as providências necessárias para suprir a necessidade dos pacientes, visto que o acesso à saúde é universal e igualitário, devendo todos serem atendidos isonomicamente, independentemente da natureza da doença da portadora, do tipo de medicamento que se necessite ou da espécie de procedimento que precise, sob pena de violação do direito constitucional da isonomia;

4.1.8. Ademais, o cumprimento das ordens judiciais é imperativo para assegurar a conformidade legal da instituição e garantir que os direitos dos pacientes sejam plenamente respeitados. A contratação de serviços de Home Care em atendimento a mandados judiciais é uma medida necessária para evitar descumprimentos legais e assegurar a prestação de serviços de saúde conforme determinado pela justiça.

4.1.9. É importante destacar que, atualmente, os serviços terapêuticos domiciliares realizados pela Coordenadoria de Serviço Assistencial Multidisciplinar Domiciliar (SAMD/SESAU) são oferecidos exclusivamente no município de Porto Velho, conforme informado no **Memorando** anexo ID nº 0050283912. Portanto, não há possibilidade de atender a demanda dos pacientes residentes nos municípios de Cacoal, Ji-Paraná e Cerejeiras pelo setor responsável.

4.1.10. Diante do exposto, justifica-se plenamente a contratação dos serviços de atendimento domiciliar aos pacientes. A necessidade de atendimento às determinações judiciais, aliada à essencialidade desses serviços para a saúde e vida dos pacientes, evidencia a pertinência e urgência da contratação. Além disso, o alinhamento com os princípios constitucionais e o plano de contratações anual reforçam a fundamentação para garantir a continuidade e eficácia dos serviços de saúde no Estado de Rondônia.

## 5. ALINHAMENTO COM AS NECESSIDADES TECNOLÓGICAS

5.1. O inciso III do Art. 42 do Decreto nº 28.874/24, ao estabelecer a necessidade de alinhamento com as necessidades tecnológicas e de negócio para as contratações de Soluções de TIC, visa garantir a efetividade e a otimização dos investimentos em tecnologia. As Soluções de TIC, por sua natureza, possuem um caráter técnico e instrumental, diretamente relacionadas à infraestrutura, software e hardware.

5.2. A contratação de serviços de saúde exige uma avaliação aprofundada das necessidades clínicas, epidemiológicas e assistenciais da população-alvo. Fatores como a prevalência de doenças, o perfil demográfico, a disponibilidade de recursos humanos e materiais, as diretrizes e protocolos específicos da área da saúde, entre outros, devem ser priorizados na definição dos serviços a serem contratados.

5.3. Assim, o alinhamento com as necessidades tecnológicas, embora importante em alguns aspectos, não se configura como o elemento central na escolha e avaliação de serviços de saúde. A prioridade reside na garantia da qualidade, da efetividade e da resolutividade dos serviços prestados, com foco na promoção da saúde e no bem-estar da população.

5.4. Diante do exposto, conclui-se que a contratação de serviços de saúde não se enquadra na previsão do Inciso III do Art. 42 do Decreto nº 28.874/24, que se aplica especificamente às Soluções de TIC. A avaliação das necessidades para a contratação de serviços de saúde deve se basear em critérios próprios da área da saúde, priorizando a qualidade, a efetividade e a resolutividade dos serviços prestados, com foco na promoção da saúde e no bem-estar da população.

## 6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO (OU NÃO) NA SOLUÇÃO

6.1. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no Inciso II do art. 47 da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso. Assim, é imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU). Por ser o parcelamento a regra, deve haver justificativa quando este não for adotado.

6.2. Diante do exposto, considerando que trata-se de contratação de empresa especializada no atendimento HOME CARE em pacientes residentes em localidades distintas, será adotado o parcelamento da solução.

## 7. PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

7.1. Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio e cooperativas, tendo em vista que o objeto da licitação não é de grande porte, complexo tecnicamente e tampouco, operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa;

7.2. A ausência de consórcio e cooperativas não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em regra, a formação de consórcios e cooperativas é admitida quando o objeto a ser licitado envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

## 8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 8.1. Para que a contratação proposta produza os resultados pretendidos, os seguintes elementos devem obedecer ao disposto abaixo:
- 8.2. A execução do serviço deverá respeitar o especificado no Termo de Referência;
- 8.3. Todas as normas ambientais devem ser cumpridas;
- 8.4. Todas as normas de segurança do pessoal devem ser cumpridas;
- 8.5. Todos os prazos estabelecidos devem ser cumpridos.
- 8.6. A melhor solução para o atendimento desta demanda é a contratação direta através de dispensa de licitação, levando em consideração a emergencialidade no atendimento aos pacientes, previsto no artigo 75, inciso VIII da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, bem como, o prazo estabelecido para o cumprimento dos mandados judiciais.
- 8.7. A solução visa suprir a necessidade de atendimentos que atualmente não encontram-se disponíveis na Rede de Saúde do Estado de Rondônia.
- 8.8. O serviço ofertado deverá atender às especificações técnicas deste Termo de Referência, além de obedecer aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

## 9. EXECUÇÃO DO OBJETO

### 9.1. Execução do Serviço:

- 9.1.1. Executar os serviços objeto deste Termo de Referência, mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados;
- 9.1.2. Não poderão concorrer direta ou indiretamente nesta licitação servidor ou dirigente de órgão ou Entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme art. 14º, inciso II e IV, da Lei Federal nº 14.133/21;
- 9.1.3. O Estado de Rondônia, através da Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia – SESAU/RO poderá realizar reduções ou acréscimos nos serviços, bem como cancelar qualquer intervenção que julgar impertinente, justificada com antecedência de 30 (trinta) dias.

### 9.2. Local de Execução dos Serviços:

- 9.2.1. Os serviços serão executados nas residências dos pacientes, distribuídos entre as cidades de Ji-Paraná, Cacoal e Cerejeiras, no estado de Rondônia, conforme discriminado nos itens a serem contratados.
- 9.2.2. Os endereços específicos dos pacientes serão fornecidos à empresa contratada após a formalização do contrato, respeitando a privacidade e a confidencialidade das informações pessoais.

### 9.3. Prazo de início da Execução dos Serviços:

- 9.3.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos a contar da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

### 9.4. Recebimento:

- 9.4.1. O objeto desta licitação será recebido conforme disposto no art. 140 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021:
- a) **Provisoriamente:** pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
  - b) **Definitivamente:** por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias;
  - c) O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou contrato;
- 9.4.2. Os serviços deverão ser executados rigorosamente de acordo as disposições estabelecidas neste Termo de Referência, não sendo permitido à Comissão de Recebimento receber os serviços fora das normas exigidas;
- 9.4.3. O serviço poderá ser suspenso, no todo ou em parte, quando em desacordo com o presente instrumento, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, à custa da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;
- 9.4.4. Os serviços serão supervisionados por uma comissão e/ou fiscal de contrato, que terá a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados;
- 9.4.5. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram executados em desacordo com este instrumento ou a proposta ou, de forma incompleta, após a notificação à contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;
- 9.4.6. Se a contratada tiver comprovadamente dificuldades para prestar o serviço contratado, dentro do prazo estabelecido, não sofrerá multa, caso informe oficialmente com antecedência de no mínimo 03 (três) dias úteis, antes de esgotado o prazo inicialmente previsto, apresentando justificativa circunstanciada formal, que deverá ser encaminhada ao Secretário de Estado da Saúde que, por sua vez, decidirá a possibilidade de prorrogação do prazo ou determinará a cominação das multas cabíveis, que ocorrerá a partir da efetiva notificação;
- 9.4.7. Depois de esgotado o(s) prazo(s) concedido(s) a SESAU/RO, aplicará a multa por atraso na entrega de 0,5% ao dia até o limite de 30% sobre o valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta, e, entendendo necessário, aplicará as sanções administrativas previstas na Lei 14.133/21, arts. 155 e 156.

## 10. DA GARANTIA DO SERVIÇO

- 10.0.1. Os serviços ofertados deverão atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
- 10.0.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações nos termos da Lei nº 14.133, de 2021 e da Lei 12.846, de 2013, receberá aplicação das sanções cabíveis a cada infração, garantida a prévia e ampla defesa.

## 11. VALOR MÁXIMO ESTIMADO UNITÁRIO E GLOBAL DA CONTRATAÇÃO

11.1. A estimativa da despesa foi realizada conforme o disposto no Art. 23 da Lei 14.133/2021, demonstrada através do Relatório de Pesquisa de Preços 0048467407, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa prévia de preços para contratação dos serviços, resultando no valor estimado conforme o quadro a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Empresa 1 0049866039	Empresa 2 0049894238	Empresa 3 0050107587	MENOR VALOR	MEDIANA	VALOR MÉDIO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	Valor Total
1	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente R.D.T no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao Mandado Judicial 0047827078, páginas 30 e 103, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia motora neurofuncional 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 3(três) sessões por semana.</li> </ul>	Serviço	12	R\$ 6.000,00	R\$ 7.200,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.000,00	R\$ 6.400,00	692,82	10,83%	médio	R\$ 76.800,00
2	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente O.O.D.S. no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao Mandado Judicial 0047827078, páginas 31 a 37 e 551, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 2(duas) sessões por semana;</li> <li>• Terapia ocupacional 2(duas) sessões semanais;</li> <li>• Psicólogo 1(uma) sessão por semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) atendimento mensal</li> </ul>	Serviço	12	R\$ 8.500,00	R\$ 11.200,00 (desconsiderado)	R\$ 6.350,00	R\$ 6.350,00	R\$ 7.425,00	R\$ 7.425,00	1.520,28	20,48%	médio	R\$ 89.100,00

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Empresa 1 0049866039	Empresa 2 0049894238	Empresa 3 0050107587	MENOR VALOR	MEDIANA	VALOR MÉDIO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	Valor Total
3	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil M.G.C. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao Mandado Judicial 0047842283, páginas 41 a 45, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento por técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora e respiratória 2(duas) vezes ao dia de forma contínua;</li> <li>• Sessões de logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento Nutricional mensal;</li> <li>• Avaliação com Neuropediatria mensal;</li> <li>• Avaliação periódica com Cirurgião Pediátrico e Gastropediatria;</li> <li>• Realizar troca de Cânula de traqueostomia a cada 3(três) meses ou antes, se necessário.</li> <li>• Realizar troca de Boton de Gastrostomia a cada 6(seis) meses ou antes, se necessário.</li> </ul>	Serviço	12	R\$ 78.300,00	R\$ 60.460,00	R\$ 40.920,00 (desconsiderado)	R\$ 40.920,00	R\$ 69.380,00	R\$ 69.380,00	12.614,78	18,18%	médio	R\$ 832.560,00
4	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente C.R.M., acamado decorrente de acidente vascular cerebral no município de JI-PARANÁ/RO, composto de plano terapêutico com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>• Fisioterapeuta 2(duas) vezes na semana;</li> <li>• Visita de enfermeiro(a) especialista em dermatologia e estomia 2(duas) vezes na semana;</li> <li>• Nutricionista 1(uma) vez ao mês;</li> <li>• Visita Médica 4(quatro) vezes na semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 1(uma) vez por semana</li> </ul>	Serviço	12	R\$ 29.650,00	R\$ 34.860,00	R\$ 27.420,00	R\$ 27.420,00	R\$ 29.650,00	R\$ 30.643,33	3.818,17	12,46%	médio	R\$ 367.719,96

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Empresa 1 0049866039	Empresa 2 0049894238	Empresa 3 0050107587	MENOR VALOR	MEDIANA	VALOR MÉDIO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	Valor Total
5	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.F.R.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao Mandado Judicial 0047842283, páginas 12 a 14, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>• Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>• Medico Assistencial.</li> </ul>	Serviço	12	R\$ 26.800,00	R\$ 31.360,00	R\$ 22.670,00	R\$ 22.670,00	R\$ 26.800,00	R\$ 26.943,33	4.346,77	16,13%	médio	R\$ 323.319,96
6	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente T.M.S.O. no município de CEREJEIRAS/RO, conforme Laudo Médico 0048404347, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3(três) sessões de Fisioterapia semanais por um período de 6(seis) meses.</li> </ul>	Serviço	6	R\$ 3.000,00	R\$ 3.360,00	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.920,00	484,97	16,61%	médio	R\$ 35.040,00
7	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil P.J.B.F. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao Mandado Judicial 0048509863, página 45, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 7(sete) dias por semana;</li> <li>• Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>• Fonoaudiologista 5(cinco) dias na semana;</li> <li>• Enfermeiro 7(sete) dias na semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) dia na semana</li> <li>• Medico Assistencial.</li> </ul>	Serviço	12	R\$ 37.650,00	R\$ 46.060,00	R\$ 29.970,00	R\$ 29.970,00	R\$ 37.650,00	R\$ 37.893,33	8.047,76	21,24%	médio	R\$ 454.719,96

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Empresa 1 0049866039	Empresa 2 0049894238	Empresa 3 0050107587	MENOR VALOR	MEDIANA	VALOR MÉDIO	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIAÇÃO	PARÂMETRO UTILIZADO	Valor Total
8	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.V.O.D.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao Mandado Judicial 0049342068, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento Médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora respiratória 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Sessões de Logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia Ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento nutricional 2(duas) vezes ao mês;</li> <li>• Acompanhamento técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Realização de troca de cânula traqueal a cada 3(três) meses;</li> <li>• Realização de troca de Botox (Sonda de Gastrostomia) a cada 6(seis) meses</li> <li>• Avaliação periódica do Cirurgião e Gastroenterologista.</li> </ul>	Serviço	12	RS 37.200,00	RS 45.160,00	RS 32.570,00	RS 32.570,00	RS 37.200,00	RS 38.310,00	6.367,97	16,62%	médio	RS 459.720,00
<b>VALOR TOTAL</b>													RS 2.638.979,88

11.2. O valor total estimado para contratação é de **RS 2.638.979,88 (dois milhões seiscentos e trinta e oito novecentos e setenta e nove mil e oitenta e oito centavos).**

## 12. CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA (DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

12.1. Conforme Informação 2466/2024 emitida pelo Núcleo de Planejamento e Programação e Saúde da SESAU, ID nº 0049341200:

PROGRAMA DE TRABALHO	UNIDADE ATENDIDA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA
17.012.10.301.2084.4005 - ATENDER USUÁRIOS DO SUS EM SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS.	Núcleo de Mandados Judiciais.	1.500.0.01002 - Recursos não vinculados de impostos - Saúde; 2.500.0.01002 - Recursos não vinculados de Impostos - Saúde - Superávit.	3.3.90.91 - Sentenças Judiciais.

## 13. TRATAMENTO DIFERENCIADO A MPE

13.1. O tratamento diferenciado à Microempresa (MPE) fica dispensado na presente contratação, considerando as características singulares do serviço, ampliando assim, o fomento à participação de empresas de pequeno, médio e grande porte, alinhando-se aos princípios da economicidade, eficiência e da promoção da livre concorrência.

13.2. Por estas razões, justificamos a não aplicação do tratamento diferenciado à Microempresa (MPE) no presente Termo de Referência, visando a adequação e à eficácia na condução do processo de contratação.

## 14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

14.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na modalidade DISPENSA ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo Menor Valor por Item.

## 15. DA PROPOSTA

15.1. A proposta deverá ser elaborada de acordo com a Solicitação e Aquisição de Materiais/Serviços - SAMS sendo que o julgamento das propostas será considerado o critério de Menor Valor por Item, para fins de obtenção da proposta mais vantajosa para Administração.

- 15.2. Na proposta deverão constar o preço unitário e total, expressos e moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e embalagem, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venha ocorrer;
- 15.3. Caberá ao contratante, depreender indício de que o levantamento prévio de preços padece de fragilidade, a exemplo da disparidade entre o preço inicialmente previsto.
- 15.4. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias.
- 15.5. Decorridos 90 (noventa) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

## 16. DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA

- 16.1. Considerando que o objeto da presente contratação, trata-se de serviços terapêuticos, fica dispensada a apresentação de amostra.

## 17. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

### 17.1. Qualificação Técnica da Empresa

17.1.1. Apresentação de pelo menos um **atestado** e/ou declaração de **capacidade técnica**, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da licitante em contrato pertinente e compatível em prestação de serviços condizentes com o objeto desta licitação, conforme definido nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei 14.133/2021.

a) O atestado deverá indicar dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, fax, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da **descrição do objeto**;

b) Sendo o atestado e/ou declaração emitido por pessoa de direito público deverá constar órgão, cargo e matrícula do emitente.

17.1.2. Alvará de funcionamento expedido por Órgão competente.

17.1.3. Alvará Sanitário expedido pela Vigilância Sanitária.

17.1.4. Registro/Inscrição da empresa no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde.

17.1.5. Apresentar comprovante de registro junto ao Conselho de Classe competente.

### 17.2. Qualificação Técnica dos Profissionais

#### 17.2.1. Declaração formal de que antes da assinatura do contrato apresentará:

a) Registro dos profissionais nos conselhos de classe competentes.

b) Registro de Qualificação de Especialidade dos profissionais junto aos Conselhos.

c) Apresentação de Curriculum Vitae, Diplomas de Graduação nas áreas de atuação e documentos pessoais.

d) Indicação do pessoal técnico adequado e disponíveis para a realização dos serviços, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

e) O vínculo dos profissionais deverão ser comprovados mediante apresentação de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, ou, em caso de autônomo, Contrato de Trabalho e registrado no órgão competente. Para os profissionais dirigentes de empresas, tal comprovação, além do Documento de Responsabilidade Técnica do Profissional com a respectiva entidade, apresentar cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do Contrato Social.

### 17.3. Da Qualificação Jurídica

a) Ato constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e alterações; **havendo consolidação do contrato social, apenas a última alteração devidamente registrado**, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhados de documentos de eleição da última administração.

b) No caso de sociedade civil, ato constitutivo e respectivas alterações, devidamente registrados, acompanhados de prova de investidura da Diretoria em exercício.

c) Registro Comercial, no caso de empresa individual.

d) Decreto de Autorização, devidamente arquivado em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

e) Cédula de identificação dos sócios, ou do diretor, ou do proprietário, ou do representante legal da empresa, se for o caso.

f) Certificado da Condição de Microempreendedor Individual, em se tratando de MEIs com todas as alterações posteriores, se houver, registradas no órgão competente, quando exigido, no qual conste que atividade pleiteada no credenciamento está expressamente prevista em seu objeto social.

### 17.4. Da Regularidade Fiscal, Previdenciária e Trabalhista

17.4.1. Comprovação de regularidade fiscal por meio dos documentos a seguir relacionados:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do MF (CNPJ/MF);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do dispensado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão de Regularidade de Débitos com a Fazenda Federal (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social);

d) Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Estadual;

e) Certidão Regularidade de Débitos com a Fazenda Municipal;

f) Certificado de Regularidade do FGTS, admitida comprovação também por meio de “certidão positiva, com efeito, de negativa” diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440);

h) Certidão Negativa do CAGEFIMP

### 17.5. Da Qualificação Econômico Financeira

17.5.1. Certidão negativa de pedido de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da contratada, que esteja dentro do prazo de validade.

17.5.2. As proponentes que estiverem em processo de recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar o Plano de Recuperação já

homologado pelo juízo competente e em pleno vigor.

#### 17.6. **Das Declarações**

17.6.1. Declaração que a empresa não emprega menor de 18 anos, conforme disposto no inciso 33 do art. 7º da Constituição Federal;

17.6.2. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

17.6.3. Declaração da futura contratada de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.

### 18. **DO CONTRATO E SUA EXECUÇÃO**

#### 18.1. **Da convocação e Celebração do Contrato**

18.1.1. Oficialmente convocada pela Administração com vistas à celebração do Termo Contratual é dado à contratada o prazo de até 2 (dois) dias úteis, contado da data da ciência ao chamamento, pela Secretaria de Estado da Saúde, que será realizada através de ofício, para no local indicado, **firmar o instrumento de Contrato**.

18.1.2. A Administração convocará regularmente a empresa vencedora para assinar o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas Lei 14.133/21.

18.1.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

18.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou ainda, não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar as empresas remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pela empresa vencedora.

18.1.5. É obrigação do contratado, manter durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

18.1.6. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

18.1.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

18.1.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

18.1.9. O contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

18.1.10. A inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

#### 18.2. **Vigência do Contrato:**

18.2.1. O presente contrato abrange a prestação de serviços em 8 itens distintos, conforme tabela de **Especificação dos Serviços a Serem Contratados**, constante no item 3.4 do Termo de Referência, sendo a vigência dos serviços estabelecida da seguinte forma:

a) Para o **Item 6**: O serviço correspondente ao item 6, terá vigência do contrato para a prestação dos serviços no **prazo máximo de 180(cento e oitenta) dias**.

b) Para os demais **Itens (1, 2, 3, 4, 5, 7, e 8)**: Os serviços correspondentes aos demais itens terão vigência do contrato para prestação dos serviços no **prazo máximo de 1(um) ano**.

#### 18.3. **Da Rescisão Contratual:**

18.3.1. Poderão ser motivos de rescisão contratual, as hipóteses descritas no art. 137 da Lei 14.133/2021, podendo a mesma ser unilateral, consensual, ou determinada por decisão arbitral, nos termos e condições do art. 138, incisos I, II e III, da referida lei.

18.3.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE nos casos do Art. 138, § 2º, I, II e III da Lei 14.133/2021.

### 19. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

19.1. Durante o processo de contratação emergencial, deverá ser verificado a conformidade das propostas em relação aos requisitos estabelecidos neste termo de referência.

19.2. Serão considerados para o presente processo, somente os requisitos da contratação indispensáveis, necessários e suficientes à escolha da melhor solução para a Administração Pública, observadas as leis e regulamentações específicas aplicáveis, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho.

19.3. As empresas pretensas, deverão comprovar o cumprimento de requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira, devidamente justificados quanto aos percentuais de aferição adotados.

19.4. A CONTRATADA deverá durante toda sua vigência do contrato, manter e comprovar a manutenção das condições e requisitos de habilitação do contrato.

### 20. **DAS OBRIGAÇÕES**

#### 20.1. **Da Contratante**

20.1.1. A Administração obriga-se a:

20.1.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

20.1.1.2. Exercer a fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021;

20.1.1.3. Fornecer à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução dos serviços e demais informações que venham a ser solicitadas;

20.1.1.4. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do tratamento, fixando prazo para a sua correção;

20.1.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada nos termos do **Item 24 - DO PAGAMENTO** deste termo, bem como atestar, através de comissão de servidores, as Notas Fiscais relativas à efetiva prestação dos serviços, de acordo com as condições de preços e prazos estabelecidos no Termo de Referência;

- 20.1.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal fornecida pela contratada;
- 20.1.1.7. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis, garantindo a ampla defesa e o contraditório.
- 20.2. **Da Contratada/Fornecedor**
- 20.2.1. A contratada assumirá total responsabilidade pela perfeita execução do tratamento conforme o estabelecido neste Termo de Referência;
- 20.2.2. Executar o exame nas condições, preço e prazos estipulados neste instrumento e na proposta apresentada;
- 20.2.3. Utilizar profissionais habilitados e com conhecimentos básicos e específicos do tratamento a ser realizado, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 20.2.4. Responsabilizar-se pelos danos decorrentes da execução do contrato, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar valores inerentes ao pagamento da contratação do serviço, no sentido de garantir o pagamento correspondente aos danos sofridos;
- 20.2.5. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, incidentes sobre os serviços, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;
- 20.2.6. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da realização do tratamento;
- 20.2.7. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 20.2.8. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Contratante, os serviços realizados em que se verificarem incorreções resultantes da execução do tratamento;
- 20.2.9. A Contratada deverá dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, possuidores de título ou certificado da especialidade, e em quantitativo suficiente à execução dos serviços a serem prestados;
- 20.2.10. Executar os serviços objeto deste Termo de Referência mediante a atuação de profissionais especializados e manter quadro de pessoal suficiente para execução dos serviços, sem interrupção, os quais não deverão ter nenhum vínculo empregatício com o Estado de Rondônia, sendo de sua exclusiva responsabilidade as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes dos serviços executados;
- 20.2.11. A Administração se eximirá de qualquer responsabilidade civil ou criminal, em caso de erro médico, culposo ou doloso, durante a vigência do contrato;
- 20.2.12. A ausência de comunicação por parte da CONTRATANTE referente a irregularidades ou falhas não exime a(s) CONTRATADA(S) das responsabilidades determinadas no contrato;
- 20.2.13. Designar, por escrito, no ato de recebimento da autorização de serviços, preposto para tomar as decisões compatíveis com os compromissos assumidos e com poderes para resolução de possíveis ocorrências durante a execução do contrato;
- 20.2.14. Responsabilizar-se única, integral e exclusivamente pelo bom estado e boa qualidade da prestação de serviços médicos respondendo perante a Administração da CONTRATANTE, inclusive órgão do poder público, por ocorrência de procedimentos inadequados para os fins previstos no presente contrato;
- 20.2.15. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação e qualificação na fase da licitação
- 20.2.16. A Contratada deverá dispor de profissionais, materiais, insumos, medicamentos, equipamentos e tudo que for necessário a perfeita execução do serviços;
- 20.2.17. A CONTRATADA deverá seguir todos os protocolos estabelecidos pelas sociedades médicas pertinentes, devendo todos os pacientes serem submetidos aos critérios de monitorização e acompanhamento em toda sua evolução;
- 20.2.18. Oferecer consulta de retorno sem ônus a contratante para os casos que o especialista solicitar a apresentação de exames.

## 21. **DA GARANTIA CONTRATUAL**

- 21.1. Para fiel execução dos compromissos aqui ajustados a CONTRATADA prestará prévia garantia de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, como previsto no art. 98 da lei 14.133/2021;
- 21.1.1. A CONTRATADA poderá optar por uma das modalidades de garantia previstas no art. 96, § 1º, da Lei 14.133/2021;
- 21.1.2. A CONTRATADA terá o prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período, posteriores à assinatura do contrato, para apresentação da garantia contratual;
- 21.1.3. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, conforme art. 100 da Lei 14.133/2021.

## 22. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 22.1. Ficam vedadas a subcontratação total ou parcial do objeto, e a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato, por parte da CONTRATADA.

## 23. **GESTÃO DE CONTRATO**

### 23.1. **Rotinas de fiscalização contratual:**

- 23.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 115, caput).
- 23.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 115, §5º).
- 23.1.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 117, caput).
- 23.1.4. O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 117, §1º).
- 23.1.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 117, §2º).
- 23.1.6. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato. (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 118).

23.1.7. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 119).

23.1.8. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo CONTRATANTE (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 120).

23.1.9. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 121, caput).

23.1.10. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade por seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133, de 1º abril de 2021, art. 121, §1º).

23.1.11. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).

23.1.12. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.

23.1.13. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

23.1.14. A CONTRATANTE nomeará Comissão de Fiscalização dos médicos de Pediatria/Neonatologia que serão anexados aos relatórios de fiscalização dos serviços.

23.1.15. A SESAU poderá fiscalizar a execução dos serviços contratados objeto deste, através da comissão devidamente nomeada para esta finalidade.

23.1.16. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude desta responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, diretamente ou por prepostos designados, podendo para isso:

23.1.17. Ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição de empregado da CONTRATADA que estiver sem uniforme ou crachá, que embarçar ou dificultar a sua fiscalização ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente;

23.1.18. Examinar as Carteiras Profissionais dos empregados colocados a seu serviço, para comprovar o registro de função profissional ou Contrato de trabalho autônomo.

23.1.19. A ausência de comunicação por parte da SESAU, referente a irregularidades ou falhas, não exime a CONTRATADA das responsabilidades determinadas no Contrato e também neste termo de referência.

23.1.20. A CONTRATADA permitirá e oferecerá condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização.

## 23.2. Do recebimento:

23.2.1. O objeto desta licitação será recebido conforme disposto na alínea b, Inciso I, artigo 140 da Lei Federal 14.133/21 (Licitações e Contratos Administrativos).

a) **provisoriamente**, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; no prazo máximo de cinco (05) dias.

b) **definitivamente**, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo máximo de cinco (05) dias.

23.2.2. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança da obra ou serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

23.2.3. Os serviços deverão ser executados rigorosamente dentro das especificações estabelecidas no Termo de Referência, Edital e seus Anexos, sendo que a inobservância desta condição implicará recusa formal, com a aplicação das penalidades contratuais.

23.2.4. Os serviços serão supervisionados por uma comissão e/ou fiscal que terá juntamente com o Requisitante a incumbência de, dentre outras atribuições, aferir a quantidade, qualidade e adequação dos serviços executados.

23.2.5. Se, após o recebimento provisório, for constatado que os serviços foram executados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, será interrompido o prazo de recebimento definitivo e suspenso o prazo de pagamento até que seja sanada a situação;

23.2.6. Não aceito os serviços executados, será comunicado à empresa adjudicatária para que imediatamente se refaça os serviços que não estão de acordo com as especificações mínimas de qualidade estabelecidas no Termo de Referência/Contrato.

23.2.7. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o que for recusado por apresentar-se contraditório as especificações contidas neste Termo de Referência.

23.2.8. Dentro do prazo de vigência do Contrato, a CONTRATADA será obrigada a realizar os serviços conforme condições estabelecidos no presente Termo de Referência.

23.2.9. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, a Administração reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços.

## 24. DO PAGAMENTO

24.1. Deverão ser apresentadas mensalmente, a Nota Fiscal em favor do:

a) Fundo Estadual de Saúde - RO.

b) CNPJ Nº: 00.733.062/0001-02.

c) Endereço: Av. Farquar, 2986, Complexo Rio Madeira, Edifício Rio Machado (Entrada pela PIO XII) – Bairro: Pedrinhas – CEP: 76.801-470 - Porto Velho/RO.

24.2. No corpo da Nota Fiscal/Fatura deverá conter:

a) A descrição detalhada do serviço;

b) Valor unitário do objeto/serviço de acordo com a **nota de empenho**;

c) Identificação de Número do Processo e identificação da **Nota de empenho**;

d) Identificação do Banco (código), da Agência Bancária, do Número da Conta Bancária, para fins de pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após a entrega total dos itens/produtos de acordo com a nota de empenho, bem com, das correções fiscais e contábeis, se for o caso.

- 24.3. O pagamento será efetuado mediante recebimento e atesto dos seguintes documentos:
- Nota Fiscal devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no no art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021;
  - Comprovação da prestação do serviço com a declaração assinada pelo paciente ou responsável;
  - Documentação relativa à regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista (**Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT**);
- 24.4. O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no no art. 140, inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 14.133/2021;
- 24.5. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS, ensejarão o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis;
- 24.6. O prazo para pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada pela Administração, será de 30 (trinta) dias corridos, contados da data de sua apresentação;
- 24.7. Não será efetuado qualquer pagamento, salvo as parcelas incontroversas, à (s) empresa (s) Contratada (s) enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual;
- 24.8. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:
- $$I = (TX/100) 365$$
- EM =  $I \times N \times VP$ , onde:
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.
- 24.9. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir de data da reapresentação do mesmo;
- 24.10. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, a Administração, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-las, com a glosa da parte que considerar indevida;
- 24.11. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais;
- 24.12. A administração não pagará nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, seja ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;
- 24.13. Os eventuais encargos financeiro, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela licitante, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade;
- 24.14. A Administração efetuará retenção, na fonte, dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos à Contratada;
- 24.15. É condição para o pagamento do valor constante de cada Nota Fiscal/Fatura, a apresentação de Prova de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), e Certidão Negativa da Receita Estadual – SEFIN, Certidão Negativa Municipal e Certidão Negativa Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT podendo ser verificadas nos sítios eletrônicos. As certidões também podem ser as Positivas com Efeito de Negativa.

## 25. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 25.1. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 155 à 164 da Lei Federal nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre a parte inadimplida.
- 25.2. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total adjudicado.
- 25.3. Ficará impedido de licitar e de contratar com o Estado de Rondônia e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:
- não assinar o contrato;
  - não entregar a documentação exigida no edital;
  - apresentar documentação falsa;
  - causar o atraso na execução do objeto;
  - não mantiver a proposta;
  - falhar na execução do contrato;
  - fraudar a execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo;
  - declarar informações falsas; e
  - cometer fraude fiscal.
- 25.3.1. As sanções serão registradas e publicadas no SICAF e Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP.
- 25.4. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dia úteis, contados de sua

intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

25.5. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

25.6. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

25.7. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

25.8. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

25.9. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso:

**Quadro - Descrições das infrações**

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA*
1.	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência;	06	4,0% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
2.	Usar indevidamente informações sigilosas a que teve acesso; por ocorrência;	06	4,0% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
3.	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	05	3,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
4.	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência;	05	3,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
5.	Recusar-se a executar serviço determinado pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência;	04	1,6% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
6.	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
7.	Fornecer informação pérfida de serviço;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente..
Para os itens a seguir, deixar de:			
8.	Efetuar o pagamento de seguros, encargos fiscais e sociais, assim como quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução deste contrato; por dia e por ocorrência;	05	3,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
09.	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
10.	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência;	03	0,8% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
11.	Iniciar o tratamento nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por serviço, por ocorrência;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
12.	Disponibilizar os materiais e insumos e demais necessários à realização do tratamento do escopo do contrato; por ocorrência;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
13.	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa, em veículos, equipamentos, dados, etc;	02	0,4% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
14.	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência;	01	0,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente.
15.	Substituir funcionário que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do Órgão, por funcionário e por dia;	01	0,2% sobre o valor do contrato ou instrumento equivalente..

**Nota: (\*)** Percentual Incidente sobre o valor da parte inadimplida

25.10. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

25.11. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

25.12. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

25.13. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

25.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.15. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF), bem como em sistemas Estaduais.

25.16. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

## 26. DIREITOS AUTORAIS

26.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado este item não se aplica para esta contratação.

## 27. REQUISITOS PARA SERVIÇOS QUE ENVOLVAM SOLUÇÃO DE TIC

27.1. Considerando a natureza do objeto a ser contratado este item não se aplica para esta contratação.

## 28. DEMAIS CONDIÇÕES

28.1. A Contratada deverá ter pleno conhecimento das exigências de qualidade dos serviços a serem prestados, estabelecidos neste Termo de Referência, observados os padrões e normas preconizados pelos órgãos competentes de controle de qualidade em saúde e afins;

28.2. Todas as comunicações relativas ao presente contrato serão consideradas como regularmente feitas se entregues ou enviadas por carta protocolada e/ou meio eletrônico para [cotacao1gadsesau@gmail.com](mailto:cotacao1gadsesau@gmail.com);

28.3. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada;

28.4. Quaisquer tolerância da Administração Pública quanto à eventuais infrações contratuais não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente;

28.5. Cumprir e fazer cumprir, todas as diretrizes, normas, regulamentos impostas por este Termo de Referência e seus ANEXOS;

28.6. Qualquer documento necessário à participação na presente contratação, se apresentados em língua estrangeira, deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado;

28.7. O CNPJ indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação deverá ser da mesma empresa que efetivamente vai fornecer os objetos da presente contratação;

28.8. Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Termo de Referência e seus Anexos;

28.9. Documentos apresentados com a validade expirada, não sendo a falta sanável, acarretarão a inabilitação do proponente;

28.10. Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Termo de Referência e seus Anexos, o contratante considerará o proponente inabilitado;

28.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta;

28.12. Fica eleito o foro da Comarca de Porto Velho/RO, com expressa renúncia de qualquer outro, para dirimir os possíveis litígios que decorram do presente procedimento.

## 29. PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

29.1. Considerando o objeto desta Contratação, fica dispensada planilha de composição de custos e formação de preços. Haja vista que a futura contratação não se trata de mão de obra dedicada.

## 30. DOS ANEXOS

30.1. Fazem parte deste Termo de Referência os seguintes anexos:

30.2. **ANEXO I** - Documento de Formalização de Demanda 4 (0047840625);

30.3. **ANEXO II** - Autorização (0049350430);

30.4. **ANEXO III** - Solicitação de Aquisição de Materiais e/ou Serviços - SAMS (0050265789).

Elaboração:

**MÁRCIO AFONSO BASEGGIO** - Técnico Administrativo Operacional da Saúde - NDJPI/GECOMP/SESAU

Revisão Técnica:

**RICARDO CORRÊA DE ABREU** - Responsável - NDJPI/GECOMP/SESAU

**ANA RAFAELA SOUSA DOS SANTOS** - Gerente de Compras - GECOMP/SESAU

APROVO o presente Termo de Referência e Anexos, declaro e dou fé em todas às laudas contidas neste autos processuais.

**ADRIANO FLORES MESSIAS DA SILVA**

Secretário Executivo de Estado da Saúde em Substituição - Portaria nº 457



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO AFONSO BASEGGIO**, Técnico, em 02/07/2024, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Sousa dos Santos**, Gerente, em 02/07/2024, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Correa de Abreu**, Administrador(a), em 02/07/2024, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Flores Messias da Silva**, Secretário(a) Executivo(a), em 02/07/2024, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050300213** e o código CRC **4E60931A**.

---

Referência: Caso responda este Termo de Referência, indicar expressamente o Processo nº 0036.018221/2024-11

SEI nº 0050300213



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

**AVISO**

Torna-se público que a **SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DE RONDÔNIA**, por meio da GERÊNCIA DE COMPRAS - GECOMP, sediada na Rua Pio XII, S/N - Edifício Rio Machado, Reto IV, Bairro Pedrinhas na cidade de Porto Velho/RO, realizará Dispensa na forma Eletrônica, com critério de julgamento **Menor Valor por Item**, na hipótese do **art. 75, inciso VIII**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa Seges/ME nº 67, de 2021, e demais normas aplicáveis.

**Data da Proposta: Conforme informado no site PNCP**

**Data dos Lances : Conforme informado no site PNCP**

**Horário da Fase de Lances: 08:00 às 14:00(horário BSB).**

**Local: Portal Nacional de Compras Públicas - PNCP**

**Link: <https://pncp.gov.br/app/editais?q=rond%C3%B4nia&status=todos&pagina=1>**

**Critério de Julgamento: Menor valor por Item.**

**1. CONTRATANTE (UASG) 927502**

**Unidade Orçamentária:** Secretaria de Estado da Saúde de Rondônia - SESAU/RO.

**Unidade Requisitante:** Hospital de Base Doutor Ary Pinheiro - HBAP.

**2. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Contratação de empresa especializada em atendimento médico domiciliar (Home Care), visando a prestação de serviços de assistência à saúde no domicílio dos pacientes, com o intuito de proporcionar tratamento contínuo e humanizado, garantindo a qualidade de vida e a recuperação em ambiente familiar.

A disputa de preços ocorrerá sob o critério de **MENOR VALOR POR ITEM**.

**ESTIMATIVA DA DESPESA:**

Conforme disposto no item 11 do termo de referência:

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**

**Conforme informado no site PNCP**

A proposta final deverá ser apresentada conforme modelo da SAMS, anexo deste AVISO.

**OBS.:** Serão desclassificadas as propostas que apresentarem os valores acima dos valores propostos pela administração.

**EM CASO DE DIVERGÊNCIA ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO CONSTANTE NOS ANEXOS DESTES EDITAL/AVISO/TERMO DE REFERÊNCIA/SAMS E O RESPECTIVO CÓDIGO DO CATÁLOGO DE MATERIAIS (CATMAT) OU DO CATÁLOGO DE SERVIÇO (CATSERV) DO COMPRASNET, PREVALECEM AS ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL/AVISO/TERMO DE REFERÊNCIA/SAMS.**

**3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.**

4.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal –

Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no endereço eletrônico [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras).

4.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no [Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP](#), e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

4.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo [aplicativo Compras.gov.br](#).

4.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

4.2. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

4.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

4.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976](#), concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

4.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

4.2.3.2. O disposto na alínea “c” aplica-se também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

4.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

4.2.5. *sociedades cooperativas*.

Fica vedada a participação de empresas reunidas sob a forma de consórcio, cooperativa e consórcio, tendo em vista o objeto do certame não é de grande porte, complexo tecnicamente, e tampouco operacionalmente inviável de ser executado por apenas uma empresa.

A ausência de consórcio não trará prejuízos à competitividade do certame, visto que, em

regra, a formação de consórcios é admitida quando o objeto a ser contrato envolve questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do edital.

4.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

#### **4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL**

5.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

5.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço ou o desconto, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.3 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço ou o desconto ofertados, vinculam a Contratada.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto;

5.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

5.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será aquela correspondente à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual do tributo que constar da planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos pela legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, *Projeto Básico e Projeto Executivo*, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

5.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

5.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

5.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

5.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata [o art. 93 da Lei nº 8.213/91](#).

5.8.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não

emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.9. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.10. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

5.11. *Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, fica facultado ao fornecedor, ao cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável (menor preço ou maior desconto, conforme o caso).*

5.11.1. *Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.*

5.11.1.1. *Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;*

5.11.2. *O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.*

5.11.3. *O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso.*

## **5. FASE DE LANCES**

6.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

6.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

6.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de *menor preço por item*.

6.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

6.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance ou do maior desconto registrado, vedada a identificação do fornecedor.

6.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

6.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou

mecanismo similar.

## 6. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

7.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

7.2. No caso de o preço da proposta do primeiro colocado estar acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

7.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida a melhor proposta com preço compatível ao estipulado pela Administração.

7.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

7.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

7.4. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitada ao fornecedor a adequação da proposta ao valor **ajustado ao valor do último lance ofertado e/ou valor negociado, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 2 (duas) horas se outro prazo não for fixado**, acompanhada de documentos complementares, se necessários.

7.4.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.4.2. *Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, conforme termo de referência, com os valores adequados à proposta vencedora.*

7.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. não indicarem a **MARCA/FABRICANTE, MODELO/VERSÃO** ou indicarem na marca **CONFORME TR**, ou ainda, quando convocados a apresentarem sua proposta, **efetuarem a mudança da marca na proposta**, ou que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência. (QUANDO COUBER A EXIGÊNCIA DE MARCA).

7.6.2. também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.6.3. a desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.6.4. que contiver vícios insanáveis;

7.6.5. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

7.6.6. apresentar preços inexequíveis ou **permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação**;

7.6.7. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.8. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos

suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

7.7.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.7.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

7.8. *Em contratação de limpeza hospitalar, além das disposições acima, o critério de aceitabilidade de preços considerará o seguinte:*

7.8.1. *Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o menor valor global estimado para a contratação.*

7.8.1.1. *Aquele que estiver mais bem colocado na disputa, deverá apresentar à Administração, por meio eletrônico, planilha que contenha o menor valor global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes,*

7.8.1.2. *Conforme modelo de planilha elaborada pela Administração, para efeito de avaliação de exequibilidade ([art. 59, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));*

7.8.2. *Para o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário o critério de aceitabilidade de preços será:*

7.8.2.1. **O Menor valor por item** estimado para a contratação.

7.8.2.2. *Preços unitários: conforme Planilha de Custos elaborada pelo Contratante, anexa a este documento.*

7.8.3. *serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.*

7.8.4. *será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei.*

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

7.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

7.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

## 7. HABILITAÇÃO

8.1. Poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados do ramo de atividade relacionada ao objeto que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Termo e seus Anexos e estiverem habilitados para sua participação, desde que desempenhem atividades pertinentes e compatíveis com o objeto deste Instrumento; atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste Instrumento;

8.2. O não cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo e seus anexos poderão acarretar em desclassificação da empresa.

8.3. Conforme item 17 do termo de referência.

## 8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Conforme item 25 do termo de referência.

## 9. INFORMAÇÕES

10.1. Os pedidos de informações poderão ser solicitados através do e-mail **cotacao4gadsesau@gmail.com** ou através do telefone (69) 9 8482-1014.

Publique-se.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

*- assinado eletronicamente -*

**ERNANI MARQUES DE ALMEIDA**

Coordenador Administrativo  
GAD/SESAU/RO

*- assinado eletronicamente -*

**WALTER JUNIOR SALES VILLARRUEL**

Assessor Técnico  
GECOMP/SESAU/RO



Documento assinado eletronicamente por **Ernani Marques de Almeida**, **Gerente**, em 08/07/2024, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Walter Junior Sales Villarruel**, **Assessor(a)**, em 09/07/2024, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050429688** e o código CRC **A6B71E1E**.


---

**Referência:** Caso responda este(a) Aviso, indicar expressamente o Processo nº 0036.018221/2024-11

SEI nº 0050429688

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

**SAMS**

 <p>Governo do Estado de <b>RONDÔNIA</b></p>		<p><b>GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA</b> <b>SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAU</b></p>				
<p><b>Processo Administrativo:</b> 0036.018221/2024-11</p>		<p><b>Fonte de Recurso:</b> 1.500.0.01002; 2.500.0.01002.</p>		<p><b>Programa Atividade:</b> 17.012.10.301.2084.4005</p>		<p><b>Elemento de Despesa:</b> 33.90.91</p>
<p><b>Exposição de Motivo:</b></p>		<p>Contratação de empresa especializada em atendimento médico domiciliar (Home Care), visando a prestação de serviços de assistência à saúde no domicílio dos pacientes, com o intuito de proporcionar tratamento contínuo e humanizado, garantindo a qualidade de vida e a recuperação em ambiente familiar, através de <b>Dispensa de Licitação</b>, com fulcro no artigo 75, inciso VIII, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.</p>				
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Valor Mensal	Valor Total	
1	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente R.D.T no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047827078, <b>páginas 30 e 103</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia motora neurofuncional 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 3(três) sessões por semana.</li> </ul>	Serviço	12			

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Valor Mensal	Valor Total
2	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente O.O.D.S. no município de CACOAL/RO, em conformidade com as informações médicas, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047827078, <b>páginas 31 a 37 e 551</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fisioterapia 3(três) sessões por semana;</li> <li>• Fonoaudiologia 2(duas) sessões por semana;</li> <li>• Terapia ocupacional 2(duas) sessões semanais;</li> <li>• Psicólogo 1(uma) sessão por semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) atendimento mensal</li> </ul>	Serviço	12		
3	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil M.G.C. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047842283, <b>páginas 41 a 45</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento por técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora e respiratória 2(duas) vezes ao dia de forma contínua;</li> <li>• Sessões de logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento Nutricional mensal;</li> <li>• Avaliação com Neuropediatra mensal;</li> <li>• Avaliação periódica com Cirurgião Pediátrico e Gastropediatra;</li> <li>• Realizar troca de Cânula de traqueostomia a cada 3(três) meses ou antes, se necessário.</li> <li>• Realizar troca de Botton de Gastrostomia a cada 6(seis) meses ou antes, se necessário.</li> </ul>	Serviço	12		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Valor Mensal	Valor Total
4	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente C.R.M., acamado decorrente de acidente vascular cerebral no município de JI-PARANÁ/RO, composto de plano terapêutico com:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>• Fisioterapeuta 2(duas) vezes na semana;</li> <li>• Visita de enfermeiro(a) especialista em dermatologia e estomia 2(duas) vezes na semana;</li> <li>• Nutricionista 1(uma) vez ao mês;</li> <li>• Visita Médica 4(quatro) vezes na semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 1(uma) vez por semana</li> </ul>	Serviço	12		
5	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.F.R.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico, anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0047842283, <b>páginas 12 a 14</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 24h por dia;</li> <li>• Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>• Medico Assistencial.</li> </ul>	Serviço	12		
6	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) para atender ao paciente T.M.S.O. no município de CEREJEIRAS/RO, conforme <b>Laudo Médico</b> 0048404347, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 3(três) sessões de Fisioterapia semanais por um período de 6(seis) meses.</li> </ul>	Serviço	6		
7	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente infantil P.J.B.F. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao <b>Mandado Judicial</b> 0048509863, <b>página 45</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Técnico de enfermagem 7(sete) dias por semana;</li> <li>• Fisioterapeuta 7(sete) vezes na semana;</li> <li>• Fonoaudiologista 5(cinco) dias na semana;</li> <li>• Enfermeiro 7(sete) dias na semana;</li> <li>• Nutricionista 1(um) dia na semana</li> <li>• Medico Assistencial.</li> </ul>	Serviço	12		

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	Quant. Meses	Valor Mensal	Valor Total
8	<p>Tratamento Domiciliar (Home Care) através de plano terapêutico para atender ao paciente M.V.O.D.S. no município de JI-PARANÁ/RO, em conformidade com o relatório médico em anexo ao <b>Mandado Judicial 0049342068</b>, composto de:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Atendimento Médico 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Supervisão de enfermagem 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Sessões de fisioterapia motora respiratória 2(duas) vezes por semana;</li> <li>• Sessões de Logofoniatría todos os dias de segunda a sábado;</li> <li>• Sessões de Terapia Ocupacional 3(três) vezes por semana;</li> <li>• Acompanhamento nutricional 2(duas) vezes ao mês;</li> <li>• Acompanhamento técnico de enfermagem 24(vinte e quatro) horas por dia;</li> <li>• Realização de troca de cânula traqueal a cada 3(três) meses;</li> <li>• Realização de troca de Botox (Sonda de Gastrostomia) a cada 6(seis) meses</li> <li>• Avaliação periódica do Cirurgião e d Gastroenterologista.</li> </ul>	Serviço	12		

**TOTAL**

Carimbo do CNPJ/CPF-ME:	Local:	Responsável pela Empresa:	USO EXCLUSIVO DA SESAU	Valor Total da Proposta:
	Data:	Fone:		Validade Proposta: 90 dias
	Banco: Agência: C/C:	Assinatura:		Prazo de Entrega:



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO AFONSO BASEGGIO**, Técnico, em 02/07/2024, às 09:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Ana Rafaela Sousa dos Santos, Gerente**, em 02/07/2024, às 09:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Correa de Abreu, Administrador(a)**, em 02/07/2024, às 09:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **Adriano Flores Messias da Silva, Secretário(a) Executivo(a)**, em 02/07/2024, às 11:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0050265789** e o código CRC **65CC7EA6**.

---